



Center for Studies on Inequality and Development

Texto para Discussão N^o 80 – Setembro 2013

Discussion Paper No. 80 – September 2013

**Padrões de consumo e estilos de vida da
“nova classe média”**

Celia Lessa Kerstenetzky (CEDE/UFF)

Christiane Uchôa (CEDE/UFF)

Nelson do Valle Silva (IESP/UERJ)

www.proac.uff.br/cede

Padrões de consumo e estilos de vida da “nova classe média”

Celia Lessa Kerstenetzky¹

Christiane Uchôa²

Nelson do Valle Silva³

(Paper apresentado no ST 33: **As classes sociais no Brasil Contemporâneo**, no 37º. Encontro Nacional da ANPOC, Águas de Lindóia, Setembro de 2013.)

Resumo:

Contra o pano de fundo da redução da pobreza no mundo e no Brasil, em particular, este artigo se dedica a investigar, via marcadores de estilo de vida baseados em pesquisa sobre percepção sobre a classe média e com base na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF/IBGE) de 2008-2009, o perfil socioeconômico dos domicílios brasileiros que emergiram da pobreza e têm sido identificados pelo critério de renda como integrantes de uma nova classe média. As evidências indicam que o perfil da assim chamada “nova classe média” não exhibe a maior parte dos critérios reconhecidamente distintivos de uma classe média.

Palavras-chave: nova classe média, estilo de vida, Veblen, Bourdieu.

Abstract: Against the backdrop of worldwide poverty reduction, this paper investigates, via lifestyle markers based on surveys on how to identify the middle class and on data from the 2008-2009 Family Budget Survey (POF/IBGE), the socioeconomic profile of Brazilian households that have escaped poverty and been identified, via income criteria, as members of a new middle class. The evidence indicates that the profile of the so-called new "middle class" does not display the acknowledged features of a middle class.

Key words: new middle class, lifestyle, Veblen, Bourdieu.

¹ Professora titular do Departamento de Ciência Política e da Pós-graduação em Economia da UFF e diretora do CEDE/UFF.

² Doutoranda em Economia da UFF e Pesquisadora do CEDE/UFF

³ Professor de Sociologia do IESP/UERJ.

Introdução

Uma característica que marcou fortemente a economia mundial nos últimos 20 anos foi as acentuadas taxas de crescimento experimentadas por praticamente todos os países, na esteira da aceleração do processo de globalização dos mercados. Além disso, em termos relativos, tomando como referência a economia americana, antes de 1990 muito poucos países em desenvolvimento (cerca de apenas 30% deles) conseguiam aumentar o seu produto per capita mais rapidamente do que os EUA, ainda assim com taxas diferenciais de crescimento relativamente modestas, algo como 1,9% ao ano, em média. No entanto, na década final do século passado essa situação havia mudado drasticamente, observando-se que nada menos de 73% dos países em desenvolvimento não só cresciam mais rapidamente que a economia americana, como o faziam a taxas substancialmente mais elevadas, estimadas em cerca de 3,3% ao ano, em média. Com isso, verificou-se uma extraordinária convergência no produto per capita entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, num movimento talvez único na história moderna.

Entre os países em desenvolvimento, as taxas de crescimento mais significativas ocorreram nas maiores economias desse grupo de países, nomeadamente no Brasil, na Rússia, na China e na África do Sul (formando um bloco de países apelidado de BRICS), bem como por alguns outros países do sudeste asiático e da América Latina. Mas, não parece restar dúvida que o grande motor do crescimento mundial foi a economia chinesa, agora amplamente instalada entre as economias de mercado e apresentando taxas de crescimento anuais consistentemente ultrapassando a marca de 10% anuais. As principais consequências desse extraordinário crescimento foram um aumento forte nos preços das *commodities* agrícolas e dos minérios, essenciais para a sustentação do crescimento da economia chinesa, e quedas igualmente acentuadas nos custos dos bens de consumo manufaturados e nos custos do trabalho, uma vez que uma quantidade sem precedentes de mão de obra barata se tornou disponível. A abertura do comércio mundial se tornou explosiva, *commodities* e bens manufaturados cruzando os oceanos em direções opostas. Importante indicar, no entanto, que alguns analistas acreditam

que esse ciclo de acelerado crescimento das economias emergentes pode estar chegando ao fim, conforme a economia chinesa dá indicações de relativo esfriamento.

Em termos sociais, a principal consequência dessa fase de crescimento dos países em desenvolvimento foi a redução drástica da incidência da pobreza na população mundial, chegando-se hoje mesmo a se vislumbrar o seu virtual desaparecimento, pelo menos daquela pobreza em nível mais extremo⁴, conforme estipulado pela “meta de desenvolvimento do milênio” proposta pela Nações Unidas. Estimativas feitas pelo Banco Mundial indicam que, em 2008, tanto o número quanto a proporção de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza⁵ estava caindo em todas as partes do mundo, fato inédito desde que se começou a coletar esse tipo de informação em nível mundial. Esses dados implicam na estimativa de que em 2010 a incidência da pobreza no mundo estará na metade do nível observado em 1990. Escusado dizer que a maior parcela do desempenho favorável deve-se às mudanças na população chinesa.

O Brasil, a letra b dos BRICS e um dos principais produtores de *commodities* agrícolas e de minérios, foi um dos principais beneficiários desse ciclo de crescimento mundial, vendo os preços internacionais de seus produtos dispararem para cima, ao passo que os preços relativos dos bens de consumo duráveis barateavam significativamente. Não surpreendentemente, os níveis nacionais de pobreza também se reduziram de forma acentuada.

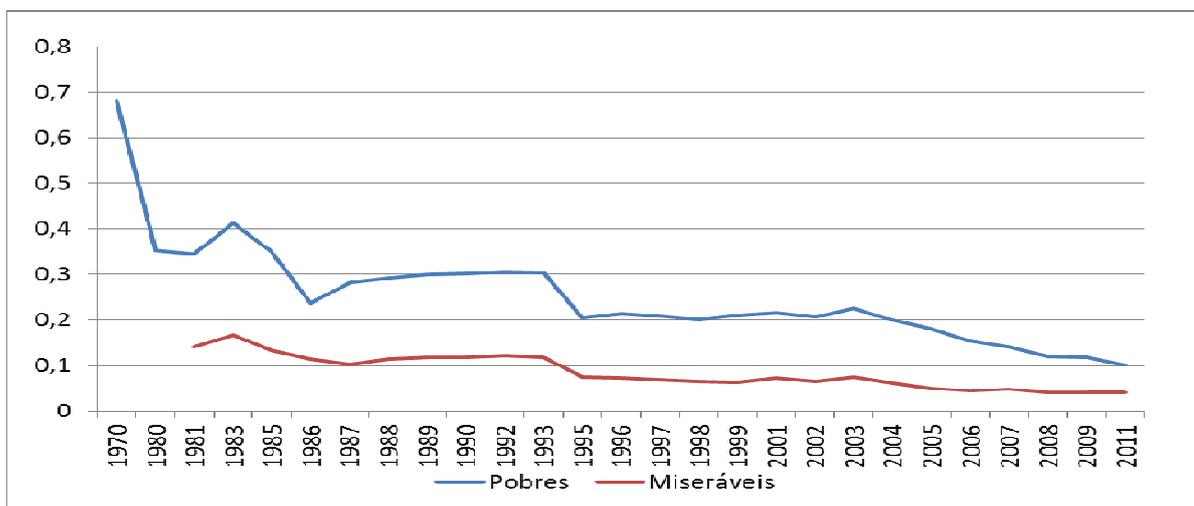
É importante que se frise, no entanto, que esse processo de redução da pobreza brasileira não é nem recente nem inédito. De fato, observando-se os dados de mais longo prazo vemos que esse processo tende a se acelerar, como é lógico, em ciclos de aceleração das taxas de crescimento econômico e em períodos de redução súbita das taxas de inflação, que sabidamente afeta mais fortemente aqueles com menor poder aquisitivo. Assim, durante os anos 1970, período conhecido como do “milagre econômico” brasileiro, a incidência da pobreza caiu pela metade, saindo de um nível estimado de 68,4% em 1970 para aproximadamente 34,6% em 1981.

⁴ Veja-se, por exemplo, o artigo de capa da revista *The Economist* de 1 a 7 de junho de 2013, sintomaticamente intitulada *Towards the End of Poverty*.

⁵ Estipulada pelo Banco Mundial em \$1.25 por dia a preços de 2005. Essa é a linha de pobreza mais utilizada em estudos comparativos mundiais.

Aumenta logo a seguir com a recessão de 1982, para voltar a cair e atingir um mínimo local em 1986, data do Plano Cruzado. Volta a subir e a cair abruptamente entre 1993 e 1995, data do Plano Real, então se estabilizando num nível de aproximadamente 21% da população. Os níveis então voltam a cair, em harmonia com o processo de crescimento mundial descrito acima, voltando a se reduzir em metade entre 2002 (20,8%) e 2011 (10,1%). Essa evolução está apresentada graficamente na figura 1 abaixo.

Figura 1 – Proporção de pessoas em pobreza e em pobreza extrema – Brasil – 1970 a 2011



Fonte: Rocha (2013)

Como já indicamos, o concomitante crescimento da renda e a correspondente redução da pobreza foi um fenômeno basicamente mundial, certamente não restrito aos chamados BRICS. Esse processo tem um espelho: o crescimento de camadas intermediárias entre Pobres e Ricos que, por terem acesso inédito a novos níveis e padrões de consumo de massa, alguns analistas preferem tratar como constituintes de uma suposta “Nova Classe Média”, pessoas que possuem recursos discricionários (algo como um terço do total), após a satisfação dos requerimentos básicos, como alimentação e moradia. Calcula-se que, nos mercados emergentes como um todo, a assim denominada Classe Média cresceu do nível de um terço da população dos países

em desenvolvimento em 1990 para mais da metade das populações nos dias de hoje⁶. Um caso notável é o da Indonésia⁷, mas níveis muito elevados de crescimento das chamadas classes médias são também observados em países vizinhos no sudeste asiático, como as Filipinas, a Tailândia, a Malásia e, especialmente, o Vietnam.

Um ponto importante a ser considerado é que essas análises admitem que não basta ter escapado da pobreza para se adentrar os umbrais da “Classe Média”. Faz-se necessária, para isso, a disponibilidade de recursos monetários em quantidade suficiente para o usufruto discricionário de bens de consumo, material e cultural. Admite-se, portanto a existência de um estrato intermediário entre Pobres e a “Classe Média” cujo nível de vida é ainda precário e instável, sem acesso pleno ao mercado de consumo e acompanhado do fantasma do retrocesso social.

Um estudo recente do Banco Mundial sobre a emergência da Classe Média na América Latina⁸ considera explicitamente esses critérios. O referido estudo define a classe média em termos da segurança econômica, isto é, de uma baixa probabilidade de cair (para muitos, de volta) na pobreza. Os autores estimam que, na América Latina, para uma pessoa não ter mais de 10% de chance de cair de voltar à situação de pobreza durante um período de cinco anos é preciso que a sua família tenha uma renda de pelo menos US\$10 por pessoa por dia (PPP). Por outro lado, são consideradas famílias pobres aquelas com renda de menos US\$4 por pessoa e dia. Com isso, os autores reconhecem a existência de uma faixa da população, que eles denominam de os “Vulneráveis”, que conseguem satisfazer as necessidades mínimas para sobreviver (os “pobres”), mas não o suficiente para usufruir de segurança econômica conforme requerido para pertencer à “Classe Média”⁹. Como se pode imaginar, os resultados

⁶ Ver o relatório especial “Burgeoning Bourgeoisie” da revista *The Economist* de 14 de Fevereiro de 2009, de onde essas informações foram extraídas.

⁷ Relatório do banco japonês Nomura e do Banco Mundial, citados em “Missing BRIC in the Wall”, *The Economist* 23 de Julho de 2011, pg.40.

⁸Ferreira et al (2012).

⁹ Nesse estudo, o BM define como pobres aqueles cuja renda familiar per capita está abaixo de US\$4; como “vulneráveis” aqueles com renda familiar per capita entre US\$4 e US\$10 por dia; por outro lado, “ricos” seriam aqueles com renda acima de US\$ 50 por dia, fazendo que a “classe média” seja constituída por aqueles com renda entre US\$10 e US\$50 por dia. Os autores estimam ainda que a proporção de pobres no nosso continente tenha se reduzido de 41,4% em 2000 para cerca de 28% em 2010.

indicam que esse é o maior contingente das populações latino-americanas, a brasileira aí incluída.

No caso brasileiro (bem como de muitos outros países latino-americanos), a redução recente da pobreza -- entre os anos de 2003 e 2011, cerca de nove milhões de domicílios, mais de 30 milhões de pessoas, ultrapassaram a linha de pobreza equivalente a um quarto do salário mínimo (ver anexo) -- tem um ingrediente adicional. A queda da desigualdade na distribuição da renda no Brasil, aumentando a renda dos mais pobres em proporção maior do que a dos mais ricos e, assim, contribuindo para a diminuição da pobreza no país, parece fato estabelecido.

Em vista da contração da pobreza com redução da desigualdade de renda, em trabalho anterior (Uchôa e Kerstenetzky, 2012), levantamos a seguinte questão: do ponto de vista da estrutura social, para que condição e posição social teriam migrado os antigos pobres? Em que medida estariam ajudando na constituição de uma nova classe média como tem sido repetidamente proposto?

Apesar de certo número de autores e formuladores de políticas públicas afirmarem que sim, a resposta não é simples. Em primeiro lugar, para além da discussão sobre os processos formativos de classes e relações sociais, há diferentes definições e modos de medir posições sociais, e, em qualquer caso, há amplo consenso quanto a ser a renda auferida pelas famílias um critério claramente insuficiente e, de forma complementar, ser necessária a adoção de critérios sociológicos, em moldes semelhantes aos do estudo de Ferreira et al. (op.cit.) para os países da América Latina, onde as chances de mobilidade social descendente constituíram o ponto de partida para definir o estrato de “vulneráveis” como distinto tanto de “Pobres” como de “Classe Média”. Em segundo lugar, tal como no referido estudo, haveria que se avaliar também a estabilidade e sustentabilidade das novas posições atingidas, diante de legados materiais e simbólicos, além de riscos óbvios, como, por exemplo, a situação dos chefes de domicílio no mercado de trabalho ou conjunturas econômicas adversas que cancelassem frágeis ganhos.

Alguns trabalhos recentes têm se voltado para problematizar a qualificação de nova classe média conferida aos ex-pobres brasileiros, muitos deles enfatizando a ausência de referência à estrutura social, em especial, à estrutura sócio-ocupacional

(Scalon e Salata 2012, Pochmann 2012, Quadros 2010), enquanto outros empreendem críticas metodológicas ao conceito de renda adotado em Neri (2011) (Sobrinho 2011) e mais genericamente à análise de Neri e aos vários esforços críticos a ela (Souza 2010). Os trabalhos insistem em que o fenômeno em presença é tão simplesmente a emergência de uma nova classe trabalhadora ou “batalhadora” (Souza 2010), privada ainda da segurança que distinguiria a classe média (Ferreira et al. 2012).

Em diálogo com essa pequena porém crescente literatura, nosso trabalho se propõe a investigar pelo crivo do estilo de vida¹⁰, marcador privilegiado pela sociologia de Bourdieu, o perfil socioeconômico dos domicílios que pelo critério de renda têm sido identificados como integrantes de uma nova classe média, para por mais esse ângulo examinar a justeza da classificação. A tradução da sociologia de Bourdieu (2008) em indicadores estatísticos apresenta imensos riscos, mas não é disso que se trata. Preferimos afirmar que tomamos inspiração nessa forma específica de reconstrução do mundo social, onde a diferenciação entre as classes sociais ocorre através de diferentes combinações de capitais e poderes, para enquadrar informações estatísticas disponíveis com o objetivo de obter um retrato qualificado do estrato social que desejamos conhecer, que contribua para responder nossa pergunta. Com esse propósito, examinamos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF/Instituto Brasileiros de Geografia e Estatística - IBGE) de 2008-2009, uma base de dados ainda não explorada (porque bastante complexa) no debate sobre a nova classe média, mas rica em informações sobre o perfil socioeconômico dos domicílios brasileiros e seus membros individuais. Em relação a trabalhos anteriores (Uchôa e Kerstenetzky, op. cit., Kerstenetzky e Uchôa 2013), no qual já havíamos iniciado a exploração dessa base, inclusive apontando a fragilidade das realizações educacionais dos filhos pequenos e dos jovens das famílias da nova classe média, preditivas de perspectivas precárias de vida (Kerstenetzky e Uchôa 2013), neste artigo, apresentamos um leque amplo de elementos que remetem à ideia de padrões de consumo e estilo de vida. Nossas observações, com base na perspectiva sociológica adotada e nas informações obtidas, não confirmam o diagnóstico otimista de inserção dos menos empobrecidos na classe média.

¹⁰ Critério também favorecido por Souza (2010), cuja análise se apoia em entrevistas.

No restante deste artigo, apresentamos a lógica para a escolha dos marcadores, na seção 1, a metodologia, na seção 2, e os resultados para o estilo de vida da chamada nova classe média, na seção 3. Nas conclusões, refletimos sobre implicações para a intervenção pública.

1. Como identificar a classe média?

Em estudo recente sobre o que denomina a nova classe média brasileira, Neri (2011) afirma que este segmento é aquele que “aufere em média a renda média da sociedade, ou seja, é a classe média no sentido estatístico” (p.83). Com base na renda domiciliar total, a nova classe média brasileira estaria compreendida na faixa entre R\$ 1.200,00 e R\$ 5.174,00 (p.27), situando-se entre os estratos de renda acima dos 50% mais pobres e abaixo dos 10% mais ricos. Em valores de abril de 2013, a nova faixa estaria entre R\$ 1.343,00 e R\$ 5.971,00.

Contudo, a despeito da fácil categorização estatística, a classe média, como é notório, é estrato social de difícil classificação sociológica, o que se depreende de seu próprio nome: a classe que se situa em posição intermediária entre polos de fácil identificação. A dificuldade permeia diferentes esforços teóricos de estratificação social. Não obstante a dificuldade, a opção por tratá-la como classe de renda média ou mediana é pouco convincente, pois não acomoda muitos de nossos juízos intuitivos sobre o que caracterizaria uma classe média. Neste artigo, optamos por tomar a via indutiva e, com base em estudos sobre percepções sobre a classe média, identificar a presença de marcadores característicos deste estrato no interior da faixa de renda média demarcada no estudo de Neri. Nosso intuito é checar a equivalência entre juízos intuitivos e classificação estatística com base na renda. Para tal, combinamos marcadores que emergem de percepções difundidas sobre o que distinguiria a classe média, conforme estas foram organizadas em literatura recente, com a disponibilidade de informações na POF.

A via indutiva para análise preliminar do perfil socioeconômico desse segmento de renda, baseada em estudos sobre percepções, encontra racionalização interessante seja na sociologia de Bourdieu seja na análise institucionalista dos elementos determinantes do consumo e da formação de preferências de Veblen – ambos de

algum modo vinculados a perspectivas segundo as quais os estratos sociais se delinearão a partir de suas posições relativas, e não exclusivamente em função da propriedade (ou não) de certo tipo de recurso, e onde o elemento de consumo diferencial se destaca.

A sociologia de Bourdieu privilegia o marcador “estilo de vida” para entender o processo de definição de estratos sociais. Segundo este autor, as diferenças primárias entre as classes no espaço social se originam no volume global de capital econômico, cultural e social que cada uma delas detém e nas combinações que se estabelecem entre eles, mas os transcendem, na medida em que capitais e suas combinações conferem aos diferentes grupos a possibilidade de aceder a diferentes padrões de consumo e estilos de vida. O capital econômico inclui ganhos monetários advindos da posse de ações e participações, empregos e propriedades territoriais. O capital social seria “a soma dos recursos, concretos ou virtuais, que se agregam a um indivíduo ou grupo em virtude do acesso a uma rede permanente de relações, mais ou menos institucionalizadas, de familiaridade e reconhecimento” (Bourdieu e Wacquant apud Field (2010, p. 33)). O capital cultural é entendido como as tradições, os valores e os conhecimentos transmitidos pela família e pela escola que conferem aos filhos a capacidade de manifestar habilidades e gostos (que parecem naturais), de compreensão sutil “das regras do jogo” que nem sempre estão explícitas, e de valorizar a escola (diplomas) que lhes faculta competências específicas e acesso a bons empregos. Diferentes combinações originam diferentes estilos de vida, que se configuram de modo a produzir o máximo de homogeneidade dentro do grupo e atuar como sinais socialmente reconhecidos, distintivos de cada estrato social.

Os marcadores de posição social refletem as preferências que distinguem cada classe, as quais, por sua vez, são tributárias de seus “gostos”. Estes atuam como esquemas de classificação e funcionam como mecanismos identificadores de posições. Assim, não é suficiente ocupar a posição social, é também necessário dispor dos elementos que permitam ao próprio segmento reconhecer e identificar o detentor da posição e, simultaneamente, emitir para os outros segmentos os sinais que denotem a posição ocupada.

Uma vez que todos os grupos envolvidos nos processos sociais, através da dialética da classificação e reclassificação, buscam se deslocar no mesmo sentido e com os mesmos objetivos (isto é, conquistar posições sociais desejadas), quando algum segmento consegue acessar os marcadores daquele que ocupa a posição desejada, põe-se em marcha uma estratégia de reclassificação, uma reconfiguração dos gostos, e novos sinais que assegurem a raridade distintiva ao segmento social são elaborados. Este deslocamento é observado com o consumo de massa, que torna acessíveis a muitas pessoas bens que antes eram reservados a poucos, sendo necessário então a produção de um novo sinal de diferenciação, para além do sinal emitido pela simples posse dos bens, como por exemplo, aspectos culturais não imediatamente replicáveis.

Percepção comparável sobre a importância de esforços de diferenciação na conformação de estratos no espaço social é a de Veblen em sua famosa discussão sobre o consumo conspícuo das classes abastadas – marca de distinção que as manteria apartadas dos setores pobres, remediados e medianos. Na realidade, o consumo conspícuo explicaria não apenas o padrão de consumo dos ricos, mas, segundo Veblen, também o de todos os demais estratos, na medida em que cada estrato envidaria esforços para emular o padrão de consumo do estrato subsequente e com isso se diferenciar do estrato imediatamente inferior e se possível de seu próprio estrato. Na formação de preferências entrariam valores e normas sociais que remeteriam à busca de comparação e superação que caracteriza as sociedades de consumo – o padrão de decência a ser atingido sendo estipulado por referência ao que outros acima alcançaram.

Padrões de consumo, como traduções parciais de estilos de vida, é o que tentamos identificar com recurso às informações da POF/IBGE e nos apoiando em resultados de pesquisa de percepção sobre a classe média. De fato, o estudo de Souza e Lamounier (2010) sugere a saliência de um certo conjunto de marcadores, que seriam socialmente reconhecidos como distintivos do estrato “classe média”. Dentre esses marcadores estão: padrão de vida estável, casa própria, renda alta, educação universitária, profissão de prestígio, acesso a lazer e diversão e acesso a boas escolas. Os predicados “estável”, “própria”, “alta”, “universitária”, “de prestígio”, “boas”, além

da inclusão de acesso a coisas não consideradas necessidades primárias, como lazer e diversão, seriam indicativos de diferenciação em relação ao padrão de consumo de estratos inferiores (pobres, remediados), dos quais a classe média quer se distinguir. Incluímos o acesso a meios “modernos” de informação e comunicação, qualificamos a casa própria em termos de “boas” condições de moradia e adicionamos acesso a tempo livre no item acesso lazer e diversão. Convém ressaltar que, diferentemente dos autores do estudo, que não empreendem exame crítico da proposição de que sejam de classe média as famílias situadas na faixa de renda demarcada por Neri, utilizamos os marcadores por eles identificados justamente para examinar a justeza da proposição.

A seleção das variáveis, que explicitaremos na próxima seção, resultou da combinação entre os marcadores e as informações disponíveis na base de dados. Nossos critérios de distinção, restritos às informações disponíveis na base, se limitaram a posse e acesso a recursos (bens e serviços) e qualidade autodeclarada de serviços. Futuramente, pretendemos incluir outros indicadores, inclusive de mercado de trabalho, de modo a compor palheta mais matizada dos vários recursos à disposição desse estrato social.

2. Metodologia

A unidade de análise, seguindo o trabalho de Neri (op. cit.), é a renda domiciliar total e a base de dados é a POF 2008–2009. Como já mencionado, são examinados os domicílios situados no intervalo de renda domiciliar total de R\$ 1.343,00 a R\$ 5.971,00 (valores de abril de 2013), aos quais foi atribuído o status de nova classe média (doravante, estrato ou segmento NCM). Para a atualização dos valores, utilizamos o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), estimado pelo IBGE. Uma vez determinados os domicílios a serem analisados, examinamos os diversos aspectos presentes em tais unidades e atributos dos chefes do domicílio, de modo a responder se os domicílios no intervalo de renda mencionado podem ser tipicamente considerados de classe média. Desse modo, associamos os marcadores ou critérios selecionados (cf. seção 1) a variáveis e para cada uma delas identificamos uma pergunta na POF, conforme a tabela 1 abaixo.

Tabela 1 - Critérios, variáveis e proxies utilizados na análise

Critérios →	Variáveis →	Proxies
Padrão de vida estável	Poupança Previdência privada Plano de saúde Carro Cartão de crédito* Cheque especial*	Ter poupança como aplicação de ativo financeiro Ter despesas com previdência privada aberta Ter despesas com plano de assistência médica empresa e particular Ter automóvel no inventário de bens Tem cartão de crédito Tem cheque especial
Casa própria e condições de moradia	Casa própria Sem adensamento** Com banheiro Material adequado*** Serviços ****	Condição de ocupação do domicílio Nº de moradores por dormitório no domicílio Nº de banheiros por domicílio Material predominante nas paredes, piso e telhado do domicílio Tem serviços na avaliação de condições de moradia
Educ. universitária	Educação universitária*	Curso mais elevado que o chefe do domicílio frequentou
Acesso a lazer, diversão e tempo livre	Serv. lazer e esporte Tv por assinatura Teatro Cinema Tv em cores Dvd Maquina lavar roupa Aspirador de pó Serviço doméstico	Ter serviço na avaliação de condições de moradia Ter despesas com de serviço de tv por assinatura exclusivo ou pacote Ter despesas com ingressos para teatro Ter despesas com ingressos para cinema Ter tv em cores no inventário de bens Ter dvd no inventário de bens Ter máquina lavar roupas no inventário de bens Ter aspirador de pó no inventário de bens Ter empregado doméstico
Acesso a boas escolas	Filhos estudam esc. privada	Ter filhos em escola particular
Acesso a informação e comunicação	Internet em casa Computador Celular	Ter despesa com acesso a internet exclusivo ou em pacote Ter computador no inventário de bens Ter despesas com conta e cartão de celular,

Fonte: elaboração própria a partir de Neri (2011), Souza e Lamounier (2010), O'Dougherty (1998), POF 2008 - 2009 e indicadores ambientais e sociais - IBGE (2013)

Notas: * referem-se ao chefe do domicílio. Todas as outras variáveis referem-se ao domicílio

**até 2 moradores por dormitório

*** Material adequado = material adequado nas paredes + piso + telhado

Material adequado nas paredes: alvenaria e madeira para construção

Material adequado no piso: carpete, cerâmica, madeira para construção e cimento

Material adequado no telhado: telha, laje e madeira para construção

**** serviços: água, coleta de lixo, iluminação de rua, escoamento de água de chuva na área, fornecimento de energia elétrica, transporte coletivo, educação, saúde, limpeza e manutenção de rua e esgotamento sanitário

A equivalência entre critérios e variáveis é até certo ponto autoexplicativa, mas não é ocioso refletir sobre as decisões aqui tomadas. Em primeiro lugar, a identificação de variáveis que corresponderiam aos marcadores foi restringida por dois parâmetros: de um lado, pela crença de que não há uma relação necessária entre marcador e variável e que outras variáveis poderiam igualmente indicar a existência dos critérios. Além disso, variáveis poderiam ser classificadas em critérios de um modo diferente do

que aqui fizemos. Neste sentido, nossa única reivindicação é de plausibilidade. De outro, ficamos limitados às informações disponíveis na base de dados. Em consequência, e adicionalmente, gostaríamos de explicitar nossas razões para haveremos classificado variáveis do modo como fizemos.

Iniciando pelo critério “padrão de vida estável”, nos concentramos no acesso a formas privadas de seguros e fontes de recursos (como riqueza, crédito e rendimentos financeiros) que diminuem a incerteza, no médio e longo prazos, estabilizando o padrão de vida ao torná-lo menos dependente da renda mensal. É possível correlacionar esse item com a noção de capital econômico de Bourdieu. O critério “casa própria com boas condições de moradia” remete às condições de vida e, ao não se concentrar unicamente na propriedade do bem e captar também suas condições de habitabilidade, em particular, o acesso a um conjunto de serviços, orienta a atenção para a efetiva qualidade do morar. No indicador de serviços, optamos por considerar a presença de todos entre os dez serviços selecionados, já que estes são serviços considerados básicos. Aqui nosso interesse foi observar simultaneamente a presença dos serviços e sua qualidade, tal como avaliada pela população. Os critérios “educação universitária do chefe de domicílio” e “acesso a boas escolas” podem nos dar uma noção aproximativa do nível de capital cultural assegurado pelos diferentes estratos de renda, em particular da transmissão intergeracional do mesmo. No critério “acesso a lazer, diversão e tempo livre”, decidimos incluir lazer e diversão dentro e fora de casa, e disponibilidade de tempo livre -- elementos de padrões de consumo distintivo, não voltados para o que se percebe como necessidades básicas. As três variáveis que nos permitiram identificar a disponibilidade de tempo livre, à qual comumente associamos um padrão de vida decente (à la Veblen, cf. seção 1) e de qualidade, foram posse de máquina de lavar roupa e de aspirador de pó, e despesa com empregado doméstico, uma singularidade da classe média brasileira.

3. Resultados

Os domicílios localizados no intervalo de renda que corresponde à assim chamada nova classe média equivaliam, em 2009, a 31,6 milhões ou 55% do total de domicílios brasileiros. Em 2003, em reais a preços constantes, nesse segmento de

renda estavam 23 milhões de domicílios (47% do total), correspondendo a um acréscimo de mais de 37% entre 2003 e 2009. O mesmo processo de expansão ocorreu na faixa de renda superior, onde estavam, em 2003, 6,5 milhões de domicílios e em 2009, 8,3 milhões (variação de 28%). Em contraste, o estrato de renda imediatamente inferior, onde se localizavam, em 2003, 19 milhões de domicílios sofreu redução de quase um milhão. Enquanto é inegável a melhora na distribuição de renda, sobretudo em sua cauda inferior e região média, não é possível afirmar que tanto os que já se situavam no estrato intermediário de renda como os que nele ingressaram recentemente sejam integrantes da classe média sem investigação ulterior.

Ademais, a amplitude do segmento de renda que tem sido identificado como a nova classe média é muito grande, sugerindo que situações muito diferentes podem estar sendo consideradas uniformemente quando se olha a faixa de renda como um todo. De fato, uma análise preliminar indica que esse segmento abriga uma forte desigualdade em seu interior, com predominância de domicílios nas faixas inferiores de renda, onde também se deu o maior crescimento em anos recentes, seja em termos absolutos seja em pontos percentuais (ver tabela 2 abaixo).

Tabela 2 - Domicílios* por faixa de renda** - Brasil - 2008 – 2009

Faixas de renda (R\$)	2002 - 2003		2008 - 2009		Var %
	Quant**	%	Quant**	%	
Até R\$ 1.343,00	18,8	38,9	17,9	31,0	-4,8
De 1.343 até 2.825	14,1	29,2	18,9	32,8	34,3
De 2.825 até 4.308	5,9	12,2	8,4	14,6	42,8
De 4.308 até 5.791	3,0	6,2	4,2	7,3	41,8
Maior que R\$ 5.791,00	6,5	13,5	8,3	14,3	26,6
Total	48,3		57,7		19,4

Fonte: elaboração própria, a partir de dados da POF 2008-2009/ IBGE

Notas: * valores atualizados pelo IPCA /IBGE - Abr/2013

** milhões

Se o limite inferior da primeira faixa de renda for considerado o limiar da pobreza, podemos afirmar que a principal responsável pelo crescimento do segmento NCM como um todo foi a superação da pobreza via ingresso na primeira faixa de renda subsequente. Conforme nos deslocamos de níveis mais baixos de renda em direção aos demais, no segmento NCM, observamos que outros elementos associados com a pobreza como cor (não branca), sexo (feminino) do chefe de domicílio e presença de crianças e jovens diminuem em importância (ver tabela 3 abaixo). De novo, esse

resultado é relevante, pois remete à pouco discutida questão da heterogeneidade do estrato NCM, que, como veremos, combina domicílios ainda pobres, com as conhecidas características cumulativas da pobreza, com outros com padrão de vida distintivo.

Tabela 3 – Características de chefes de domicílio e presença de crianças e jovens - Brasil - 2008 – 2009

	Nova Classe média									
	Até 1.343,00		De 1.343 até 2.825		De 2.825 até 4.308		De 4.308 até 5.791		Maior que 5.791	
	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%
Cor não branca	11,8	66,1	10,0	52,6	3,6	42,4	1,5	36,2	2,2	27,3
Feminino	6,5	36,5	5,8	30,5	2,3	27,9	1,1	26,4	2,0	24,5
Crianças e jovens *	10,5	58,9	11,5	60,5	5,2	62,0	2,7	64,7	5,2	63,1

Fonte: elaboração própria, a partir de dados da POF 2008-2009/IBGE

Notas: * domicílios com indivíduos na condição de filhos na Uc, com faixa etária de 0 a 29 anos

A tabela 4, abaixo, traz o perfil observado dos domicílios brasileiros por faixa de renda, levando-se em considerações os critérios e variáveis selecionados como aproximações razoáveis para a identificação da classe média.

Tabela 4 – Perfil observado - Domicílios* por faixa de renda - Brasil - 2008 – 2009**

Critérios	Itens	Nova Classe média									
		Até 1.343,00		De 1.343 até 2.825		De 2.825 até 4.308		De 4.308 até 5.791		Maior que 5.791	
		Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%
Padrão de vida estável	Poupança	0,9	5,3	2,6	14,0	2,0	23,7	1,1	26,5	2,8	33,9
	Previdência privada	0,0	0,1	0,1	0,5	0,2	1,9	0,1	3,4	1,0	11,8
	Plano de saúde	0,7	3,7	2,7	14,3	2,8	33,7	2,0	48,3	5,6	67,7
	Carro	1,2	6,9	4,5	23,7	4,1	48,3	2,7	63,0	6,7	81,4
	Cartão de crédito	2,3	12,7	5,1	26,7	3,6	42,8	2,3	53,5	5,7	69,0
	Cheque especial	0,5	2,8	1,8	9,3	2,1	24,4	1,5	36,0	5,2	62,8
Casa própria e condições de moradia	Casa própria	11,5	64,3	12,8	67,8	5,8	68,5	2,9	69,2	5,8	70,8
	Sem adensamento	13,4	74,9	15,3	80,6	7,2	85,7	3,7	88,5	7,8	94,1
	Com banheiro	16,2	90,8	18,6	98,2	8,4	99,5	4,2	99,9	8,2	99,9
	Material adequado	16,0	89,7	18,1	95,8	8,2	97,3	4,1	97,6	7,9	96,1
	Serviços	5,2	29,8	8,4	44,8	4,7	57,3	2,5	61,7	5,7	71,8
Educ. universitária	Pelo menos educ. superior	0,2	1,4	0,7	3,6	1,0	11,4	0,8	19,3	3,7	44,9
Acesso a lazer, diversão e tempo livre	Serv. lazer e esporte	8,4	47,8	10,6	56,7	5,2	63,3	2,8	69,0	6,1	76,6
	Tv por assinatura	0,1	0,6	0,3	1,7	0,4	5,2	0,4	9,7	2,2	26,1
	Teatro	0,0	0,1	0,1	0,4	0,1	0,7	0,1	1,8	0,4	4,9
	Cinema	0,2	1,2	0,7	3,8	0,8	10,1	0,6	13,7	2,2	26,3
	Tv em cores	15,5	86,6	18,0	95,0	8,2	97,1	4,1	97,4	8,1	98,2
	Dvd	8,1	45,5	12,0	63,3	6,3	74,6	3,3	79,3	7,0	85,3
	Maquina lavar roupa	3,1	17,4	7,6	40,3	5,2	62,4	3,1	72,9	6,8	82,9
	Aspirador de pó	0,2	1,2	1,1	5,8	1,3	14,9	1,0	24,5	3,4	41,8
	Serviço doméstico	1,0	5,3	2,2	11,8	1,8	21,6	1,4	32,3	5,0	60,6
	Acesso a boas escolas	Filhos estudam esc. privada	0,3	4,5	0,7	9,9	0,6	19,2	0,5	29,9	1,5
Acesso a informação e comunicação	Internet em casa	0,3	1,5	1,2	6,5	1,5	17,5	1,3	30,2	4,3	52,1
	Computador	0,8	4,7	3,4	17,9	3,4	40,2	2,4	57,2	6,2	75,7
	Celular	5,1	28,7	8,8	46,5	4,9	58,3	2,7	64,1	5,9	71,9

Fonte: elaboração própria, a partir de dados da POF 2008-2009/IBGE

Notas: * milhões

** valores atualizados pelo IPCA/IBGE - Abr/2013

Um roteiro de leitura da tabela é o seguinte. Observamos a diferenciação, em primeiro lugar, por meio da comparação entre os padrões de consumo dos estratos do segmento NCM com os estratos fronteiros, inferior e superior. Segmentamos o estrato NCM em três grupos de igual amplitude com o fito de observar a desigualdade em seu interior e a eventual necessidade de reclassificá-los em virtude de afinidades observadas com os segmentos fronteiros. Para tanto, observamos se a maior (ou menor) parte dos domicílios/chefes de domicílio do estrato de renda possui a variável em questão e, uma vez identificados os estratos de renda nessa situação, estabelecemos as afinidades entre eles, definindo assim dois grupos simétricos em relação a cada variável. Uma observação geral preliminar é que há coisas relativamente “universalizadas”: várias condições de moradia, com a importante exceção dos serviços, e a posse de TV em cores estão disseminadas na maior parte dos domicílios de todas as faixas de renda examinadas (o mesmo se passou com geladeira, item não incluído na tabela 4). Contudo, um segundo resultado interessante foi constatar que o estrato mais pobre e o primeiro estrato de renda do grupo NCM possuem as maiores afinidades identificadas entre todos os estratos, em termos de a maior parte de seus domicílios estarem desprovidos da maioria das variáveis selecionadas. Os pobres ficaram sozinhos apenas no acesso minoritário de seus domicílios a serviços de lazer e esporte e na posse de DVD. Ademais, em variáveis como plano de saúde, cheque especial, escola privada, internet em casa e emprego doméstico, pobres e não pobres do primeiro ao quarto estrato de renda, portanto incluindo o inteiro grupo NCM, estão juntos: a maioria de seus domicílios simplesmente não tem acesso a esses recursos. Logo, o estrato 5 se diferencia no acesso exclusivo a eles. Os segmentos 4 e 5 se unem com exclusividade apenas em cartão, computador e carro – simetricamente, o não acesso a eles marca negativamente o grupo 1, 2 e 3. Portanto, mesmo a afinidade entre o último estrato dentro do grupo NCM e o estrato fronteiro mais rico parece fraca, em comparação com o atrator que o une aos demais segmentos do grupo NCM e o segmento dos pobres de renda. Os segmentos 3, 4 e 5 estão juntos exclusivamente em serviços e celular, e toda a NCM e o segmento 5 estão unidos com exclusividade apenas em serviços de lazer e celular. De modo geral, as afinidades do grupo NCM pendem mais

para o estrato inferior de renda do que para o superior. Em particular, o grupo NCM aparece unido (excluindo os mais pobres) apenas em duas variáveis: DVD e serviços de esporte e lazer.

Outro plano de leitura é, em primeiro lugar, distinguir e examinar as diferenciações fracas (separando-as das fortes, que acabamos de comentar). Diferenciações fracas foram identificadas em itens “universalizados”, distinguindo, negativamente como seria de esperar, mas com um destaque maior, os mais pobres (estrato 1). Estes itens, que “isolam” os mais pobres, são principalmente as condições de moradia. A dessemelhança entre o segmento 1 e os demais pode se dever à maior incidência de domicílios rurais, em geral mais precários, sobretudo em termos de presença de banheiro e material adequado de construção. Por outro lado, a relativamente fraca diferenciação entre os estratos pode se dever à informação insuficiente para qualificar a moradia e seu entorno.

Em segundo lugar, podemos destacar as diferenciações com valor máximo baixo. Estas ocorrem quando, por exemplo, os domicílios têm resultados de presença/aceso dissímiles, mas nenhum estrato de renda possui as variáveis na maioria de seus domicílios. Este tipo de diferenciação parece muito sugestivo de esforços de distinção à Bourdieu, ao exibir forte desigualdade na disseminação ainda tímida do item em questão entre as faixas de renda. Este é o caso de poupança, previdência, educação superior, TV por assinatura, teatro, cinema, aspirador de pó e emprego doméstico -- sinalizando que a busca da classe média deve avançar em direção a esse último segmento de renda de modo a identificar o grupo cuja massa expressiva de domicílios exiba esse padrão de consumo.

Quase todos os critérios considerados (padrão de vida estável, educação universitária, acesso a lazer, diversão e tempo livre, acesso a boas escolas, à informação e comunicação modernas) apresentaram diferenciação forte – a exceção, como já mencionado, ficou por conta das condições de moradia – confirmando a percepção de que estes marcadores são distintivos de padrões de vida de qualidade. Em relação às condições de moradia, o elemento claramente diferenciador é o conjunto completo de serviços básicos: é a disponibilidade dele o que distingue a moradia. Na maioria dos domicílios dos estratos 1 e 2, o conjunto de serviços não está

disponível; ademais, há forte desigualdade entre os estratos, e o valor máximo atingido pelo segmento 5 não alcança 72%, aumentando o interesse no estudo desagregado deste segmento.

A tabela 5 abaixo nos permite estudar a combinação entre acesso e qualidade, por tipo de serviço e abrangendo todas as faixas de renda de nosso trabalho. De um modo geral, como é esperado, acesso e qualidade decaem conforme a renda declina. O nível mais baixo de acesso, 49% dos domicílios do estrato 1, cabe a saneamento básico; o valor máximo contudo não alcança 90% no estrato 5. No outro extremo, entre os serviços básicos mais universalizados (acima de 90% para todos os estratos) estão educação e saúde¹¹, mas chama a atenção a forte percepção de baixa qualidade: a educação é considerada boa apenas em 68% a 73% dos domicílios de todos os estratos; e para a saúde a avaliação é ainda pior, boa para 42% a 56% dos domicílios.

Outro item que merece destaque é o transporte coletivo, relativamente pouco disponível nos estratos inferiores e, contudo, de qualidade relativamente baixa na avaliação de todos os estratos de renda. A proporção de domicílios que usam transporte público é crescente nas três primeiras faixas de renda (tabela 6), enquanto, simetricamente o uso de transporte próprio passa a ocorrer com maior importância nos domicílios da faixa 4, chegando a alcançar quase dois terços daqueles situados na última faixa, distinguindo-os. Dois aspectos preocupam, o primeiro é o aparentemente menor deslocamento das pessoas das faixas 1 e 2 de renda: há muitos domicílios nessas faixas que não têm despesa nem de transporte coletivo nem próprio. De qual fenômeno estamos em presença? Proximidade da moradia ao trabalho? Isolamento social? Deslocamento inadequado: longas distâncias sendo percorridas a pé? Transporte alternativo? O segundo aspecto preocupante é que o transporte coletivo absorva um percentual elevado da renda dos segmentos mais pobres, quase 13% entre os pobres e mais de 8% entre os que vivem com renda equivalente ao primeiro segmento da NCM (tabela 7). Sua baixa qualidade e relativa escassez induzem a elevadas despesas também em transporte próprio dos habitantes de domicílios desses segmentos, chegando a consumir 20% da renda do estrato 1 e 10%, do estrato 2.

¹¹ A pergunta na POF é tem ou não tem, e como avalia a qualidade, boa ou ruim.

Tabela 5 – Avaliação das condições de moradia das famílias - domicílios* que dispõem dos serviços, por faixa de renda - Brasil - 2008 - 2009**

Serviços	Nova Classe Média									
	Até 1.343,00		De 1.343 até 2.825		De 2.825 até 4.308		De 4.308 até 5.791		Maior que 5.791	
	% Tem	% Bom	% Tem	% Bom	% Tem	% Bom	% Tem	% Bom	% Tem	% Bom
Água	82,6	76,9	90,7	82,0	95,7	86,4	95,7	87,9	97,4	91,2
Coleta de lixo	76,6	81,9	88,5	86,2	94,8	89,7	96,0	89,7	97,3	93,0
Iluminação de rua	81,5	70,0	88,9	72,7	93,9	75,3	96,0	76,1	97,1	77,2
Limpeza e manutenção de rua	60,5	58,3	73,0	60,1	81,2	63,0	83,7	65,6	89,6	68,0
Escoamento da água da chuva	81,7	62,9	88,6	68,0	93,9	74,4	93,8	73,7	96,9	78,2
Fornecimento de energia elétrica	95,4	88,1	98,5	91,1	99,6	93,2	99,8	92,6	99,8	92,8
Transporte coletivo	63,3	61,6	76,5	63,8	85,0	66,1	87,2	63,7	89,2	67,9
Educação	95,5	68,3	1,0	69,0	97,2	70,3	96,8	66,6	97,7	72,7
Saúde	94,5	41,6	96,5	42,5	96,6	47,0	97,1	43,6	96,7	55,9
Esgotamento sanitário	49,3	70,4	64,8	0,8	76,6	82,7	79,5	83,0	86,4	85,6

Fonte: elaboração própria, a partir de dados da POF 2008-2009/IBGE

Notas: * milhões

** valores atualizados pelo IPCA/IBGE - Abr/2013

Tabela 6 – Despesas com transportes - domicílios*, por faixa de renda - Brasil - 2008 - 2009**

Despesas com transportes	Nova Classe média									
	Até 1.343,00		De 1.343 até 2.825		De 2.825 até 4.308		De 4.308 até 5.791		Maior que 5.791	
	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%
Têm despesa com transporte público	6,6	36,9	8,7	46,1	4,1	48,8	2,0	48,3	3,3	40,0
Têm despesa com transporte próprio	1,9	10,8	4,8	25,6	3,8	45,3	2,4	57,6	6,1	74,0

Fonte: elaboração própria, a partir de dados da POF 2008-2009/ IBGE

Notas: * milhões

** valores atualizados pelo IPCA /IBGE - Abr/2013

Tabela 7 – Participação % das despesas* sobre a renda* dos domicílios, por faixa de renda - Brasil - 2008 - 2009**

Despesa /renda	Nova Classe média				
	Até 1.343,00	De 1.343 até 2.825	De 2.825 até 4.308	De 4.308 até 5.791	Maior que 5.791
	%	%	%	%	%
Transporte público /renda total do domicílio	12,8	8,4	5,8	4,9	2,0
Transporte próprio /renda total do domicílio	20,9	10,4	7,7	6,6	4,3

Fonte: elaboração própria, a partir de dados da POF 2008-2009/ IBGE

Notas: * valores atualizados e expandidos segundo os critérios do IBGE

** valores atualizados pelo IPCA /IBGE - Abr/2013

De modo geral, como é evidente, a representação dos domicílios nos diferentes itens bem como a percepção de boa qualidade dos serviços aumenta junto com a renda dos estratos, confirmando a identificação ordinária entre renda alta e classe média e a forte correlação estatística entre renda e padrão de consumo. O que nossa análise mostra é que não obstante essa correlação, a julgar pelos padrões de consumo identificados, o corte de renda para a classe média é inadequado, levando a conclusões apressadas e escassamente fundamentadas sobre a emergência de uma nova classe média.

4. Conclusões

Muitos são os percalços para a identificação positiva de uma nova classe média no Brasil, mas várias tentativas têm confirmado a suspeita de que não é correto classificar as pessoas que recém emergiram da condição de pobreza nesse estrato social caracterizado por segurança econômica e por padrão de consumo e estilos de vida distintivos. Nosso estudo, tomando esses elementos por referência, mostrou a heterogeneidade do grupo NMC, afinidades eletivas claras entre as faixas inferiores de renda desse grupo e os mais pobres, e semelhança fraca entre os padrões dos mais endinheirados e o das famílias de rendimentos superiores ao da NMC. Em busca da nova classe média, encontramos um grupo de famílias remediadas ainda distantes de um padrão de vida estável e outras características desejadas. A classe média brasileira parece se esconder no trecho final da distribuição, nossa faixa 5, que não pudemos desagregar neste artigo.

Não podemos nos furtar a comentar o descuido classificatório, menos em suas intenções, em hipótese benigna sinalizando a falsa premissa de que a pobreza já teria sido superada, mais em suas consequências daninhas.

Como observamos em Kerstenetzky e Uchôa (2013), nos domicílios NCM, já sem contar com capitais preciosos acumulados por suas famílias (econômicos, culturais, sociais), crianças pequenas não têm acesso a oportunidades externas de desenvolvimento infantil que de algum modo poderiam compensar essas lacunas (apenas 20% em creches e 50% em educação infantil); adolescentes e jovens, boa

parte deles fora da escola (mais de 30%), têm como limite de realização o ensino médio (apenas 15% dos jovens entre 19 e 29 têm educação universitária), saltando precocemente para o mercado de trabalho para garantir a renda familiar. O aumento de renda de fato observado não promove a superação dessa condição; a ausência/insuficiência e inadequação de serviços sociais públicos como a educação permite a previsão de mais do mesmo no futuro. Uma rota de fuga que seria a escola privada comprime a renda familiar e não garante acesso à educação de qualidade. Transporte público caro, de custo regressivo e qualidade ruim, avança sobre o disputado orçamento familiar, que deve também dar conta dos elevados gastos em transporte próprio para precariamente suprir lacunas.

Tornar classe média os ex-pobres requereria garantir os ganhos de renda e, de modo geral, a segurança econômica. Do ponto de vista da intervenção pública, requer um avanço decisivo na provisão de bens públicos sociais de qualidade -- não apenas para proteger o orçamento das famílias e melhorar as perspectivas de vida de crianças e jovens, como também pela observação de que a segregação dos serviços sociais entre privados de qualidade e públicos insuficientes e deficientes é uma das mais importantes fontes das desigualdades sociais contemporâneas.

5. Referências

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

FERREIRA, F. H. G. et al, **Economic Mobility and the Rise on the Latin American Middle Class**, Washington: World Bank, Novembro de 2012.

FIELD, John. Capital social. In SCOTT, John (Org.). *Sociologia: conceitos-chave*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

HOFFMANN, Rodolfo. Queda da desigualdade da distribuição de renda no Brasil, de 1995 a 2005, e delimitação dos relativamente ricos em 2005. In BARROS, Ricardo Paes de...[et al.] (Orgs.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**

(volume1). Brasília: IPEA, 2007. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br>> Acesso em 20 de dezembro. 2011

KERSTENETZKY, Celia Lessa; UCHÔA, Christiane. Moradia inadequada, escolaridade insuficiente, crédito limitado: em busca da nova classe média. **Texto para Discussão n. 076, CEDE/UFF**. Niterói. Maio 2013.

NERI, Marcelo Côrtes. **A nova classe média**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Instituto Brasileiro de Economia, Centro de Políticas Sociais, 2008.

NERI, Marcelo Côrtes (Coord.). **A nova classe média: o lado brilhante dos pobres**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE/CPS, 2010. Disponível em <<http://www.fgv.com.br>> Acesso em 20 de dezembro. 2010.

NERI, Marcelo Côrtes (Coord.). **A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide**. São Paulo: Saraiva, 2011.

POCHMANN, M. **Nova Classe média?**. São Paulo: Boitempo, 2012.

QUADROS, Waldir José de. Estrutura sócio-ocupacional no Brasil. **Rev. Econ. Contemp.** Rio de Janeiro, v.14, n.3, 2010.

QUADROS, Waldir. **Em 2009 a heterodoxia afastou a crise social**. Texto para discussão nº 189. Campinas: IE/UNICAMP, 2011.

ROCHA, S. “Pobreza no Brasil – a evolução de longo prazo (1970-2011)”, in Velloso, J.P.R. (coord.) **Transformando Crise em Oportunidade**, Rio de Janeiro: INAE, pp.428-9. 2013

SCALON, C; SALATA, A. Uma nova classe média no Brasil da última década? O debate a partir da perspectiva sociológica. **Revista Sociedade e Estado**. Volume 27, nº2, maio/agosto, 2012.

SOBRINHO, G. G. F.X. “Classe c” e sua alardeada ascensão: nova? classe? média?. **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, V. 38, nº 4, p.67 – 80, 2011.

SOUZA, Amaury; LAMOUNIER, Bolívar. **A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade**. Rio de Janeiro: Elsevier; Brasília, DF: CNI, 2010.

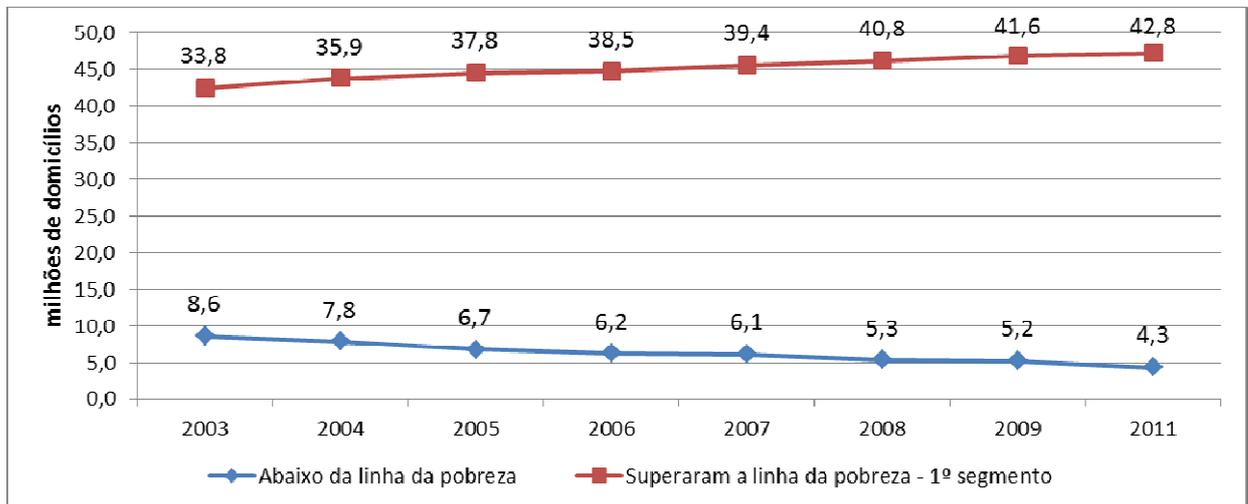
SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: UFMG, 2010

UCHOA, Christiane; KERSTENETZKY, Celia Lessa. É a “nova classe media” classe média?, **Texto para Discussão n. 066, CEDE/UFF**. Niterói. 10 pg, 2012.

VEBLEN, Thorstein. **A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições.**
São Paulo: Nova Cultural, 1988.

Anexo

Figura 1 - Quantidade de domicílios com rendimento domiciliar per capita inferior e superior à linha de pobreza – Brasil – 2003 a 2011



Fonte: elaboração própria, a partir de dados das PNAD's de 2003 a 2011/ IBGE (2012).

Linha de pobreza = R\$143,41; atualizada para valores de janeiro de 2013. Para tanto, foi utilizado o INPC/ IBGE. Esta linha foi estabelecida considerando o trabalho de Hoffmann (2007, p. 98-99).